

Moldar os espíritos, reformar os corpos, contabilizar os saberes

De que modo se produzem as representações sociais, os processos de subjetivação, a institucionalização das práticas, num tempo em que os recursos tecnológicos aceleram as possibilidades de registro, tratamento e intercâmbio de dados que possam ser utilizados para a gestão de pessoas, de objetos e de ações? Que reflexões e refrações se podem entrever da realidade, quando estão dispostos mecanismos de controle que se propõem sustentados em racionalidade técnica, com a oferta de acesso direto, transparente, não mediado pela contrapalavra crítica, a um mundo que se deseja plenamente esquadrihado, visível em sua totalidade, revelado em imagens fornecidas, dinamica e ininterruptamente, aos consumidores de novidades imaginárias sem fim?

As considerações sobre o controle dos discursos (FOUCAULT, 2008), fundado em mecanismos reguladores de práticas, de concepções, de sujeitos e de objetos, para os quais se podiam ensaiar a busca por seus limites, a depreensão de suas funcionalidades, a estabilização de suas formas, resignificam-se em condições de produção em que se conjuram os sentidos não mais apenas pela interdição, pela proibição, pelo apagamento ou pela ocultação, mas também por sua reprodução e distribuição incessantes, sua presença infinda, sua dispersão, que se projeta absoluta.

Neste volume de *Educação e Pesquisa*, reúnem-se trabalhos que respondem criticamente tanto às formas de controle assentadas nas bases próprias da cultura letrada, fundada nas possibilidades da escrita impressa, quanto àquelas que se constituíram com o advento de recursos de comunicação eletrônica (CHARTIER, 2002), a partir das quais se reorganizaram, no mundo digital, os modos de gestão, produção e distribuição da cultura, as formas de interação e os processos de subjetivação.

Em tal estado de coisas, as possibilidades de resistência, de interpretação, de crítica, realizam-se em contraponto a um conjunto de enunciados historicamente constituídos, que ora se reafirmam semelhantes ou transformados, ora se evidenciam em sua novidade. Nesse sentido, o presente número de *Educação e Pesquisa* se inicia com a leitura de dois trabalhos voltados à tematização dos processos de ordenação política e de subjetivação no contexto de emergência da cultura digital.

Em “O sujeito diante da aceleração e da ilimitação contemporânea”, Claudine Haroche tematiza os efeitos que se produziriam para o sujeito, na atualidade, imerso no espaço-tempo tal como produzido pelas tecnologias da informação. Segundo a autora, a participação na cultura da aceleração, da fluidez, da ininterrupção, levaria o sujeito à perda do sentimento de si e ao risco de atomização, uma vez que não mais haveria a gestão do eu em face do outro, modo de subjetivação antes prevalente, mas a relação com a tela, com o audiovisual, num fluxo contínuo:

“À medida que a mudança permanente acarreta a perda de pontos de referência espaciais e temporais estáveis, uma adaptação ilimitada e contínua se impõe ao indivíduo, sem que ele possa lhes perceber o sentido”. Esse estado de coisas estaria levando os sujeitos a se constituírem psiquicamente de forma fragmentada, o que acarretaria a diluição da subjetividade e a impossibilidade de se produzirem formas de socialização.

As formas de subjetivação também são tema do artigo de autoria de Sônia Cristina Vermelho, Ana Paula Machado Velho e Valdecir Bertonecelo. Discutem os autores, no trabalho, o conceito de rede, e o contrapõem aos princípios hierárquicos que historicamente referenciaram a organização das relações sociais no Ocidente. Em “Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores”, discutem, portanto, “por que um conceito que foi usado, até determinado momento da história humana, em situações restritas transformou-se num conceito explicativo da sociedade e, mais recentemente, em modelo teórico para direcionar o desenvolvimento de uma tecnologia”. Evidencia-se, assim, um processo contraditório que se instaura entre uma organização social altamente verticalizada, pautada na diferença hierarquizada, e um processo social em rede, que se fundamenta na horizontalidade. Que efeitos teria tal contradição para os processos de subjetivação no mundo atual?

Possibilidades de contrapalavra aos mecanismos de conformar modos de ser, de estar, de pensar, observam-se nos quatro artigos que se encontram na sequência dos trabalhos de abertura deste volume de *Educação e Pesquisa*.

Em “Uma discussão sobre as práticas de anorexia e bulimia como estéticas de existência”, Marisa Helena Silva Farah e Cecilia Hanna Mate analisam e discutem as proposições veiculadas em meio virtual por e para jovens que experienciam vontades relacionadas à adequação de sua forma corporal a determinados padrões de beleza associados ao emagrecimento. Observam assim publicações em que se fornecem subsídios para o desenvolvimento de práticas para o controle da ingestão alimentar e, em consequência, da massa corporal. Caracterizam-se, com a análise, “três conjuntos de experiências, que se imbricam: as experiências das modificações corporais, as experiências identitárias virtuais e as experiências de si”. As autoras apontam para a contribuição que o conhecimento a respeito dos modos de subjetivação dos jovens, no caso, adolescentes do sexo feminino, pode trazer para o contexto escolar, principalmente no que se refere à relação do professor com seus alunos.

As formas de subjetivação e de posicionamento social da mulher são observadas também por Neiva Furlin, no artigo “A experiência da intersubjetividade na pesquisa feminista: perspectivas metodológicas”. Em seu trabalho, a autora observa as formas de interdição encontradas por professoras para sua atuação em instituições de ensino orientadas tradicionalmente por “discursos hegemônicos e por lógicas de gênero da ordem social masculina”. Com base em tal problemática, Neiva Furlin discute os limites metodológicos do fazer científico e propõe, referenciada em perspectiva hermenêutica, a consideração de que o conhecimento não se faz universal, mas sim situado e dado à interpretação, o que responde mais coerentemente às epistemologias feministas e a seu lugar de atuação nos processos políticos.

Também tratando de questões de gênero, mas, neste caso, do que se refere ao gênero masculino, Daniele Alcântara Nascimento e Teresa Cristina Siqueira Cerquiera observam em que referências se sustentam os modos de conceber o *éthos* projetado, por docentes, para seus alunos de escola militar. Em “Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos”, evidenciam as autoras como a observância de princípios de hierarquização e de disciplina ordenam as relações entre professor e alunos, condicionando as representações que se produzem de um e de outro pelos sujeitos envolvidos no processo, e, assim, os processos de interação nas práticas de ensino.

Questões relativas às funções sociais e políticas atribuídas ao gênero masculino, porém com uma visada mais histórica, observam-se também no artigo de Luiz Eduardo Oliveira, “O Partido Conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863)”. Em seu trabalho, caracterizam-se as ações políticas com o objetivo de conformar os espíritos a um certo modo de concepção da realidade que respondesse aos interesses de uma classe dirigente. O autor nos apresenta as disputas entre representantes de grupos divergentes ideologicamente quanto à orientação a ser conferida à organização social do país, no Brasil Império, e as consequências para os modos como a educação foi posicionada de forma a atender às aspirações do grupo que assumiu o lugar de decisão nas instâncias de poder. O ensino da literatura respondeu aos interesses desse grupo mais conservador, em seu projeto de formar a elite dirigente como civilizada e ciente de seu lugar de comando, com um sentimento de nação que se circunscrevesse àqueles que dela se definiam como parte: “os futuros cidadãos ativos do Império, isto é, [...] para os brancos, ou a ‘boa sociedade’, estando excluídos, quase naturalmente, os escravos e a população indígena, além da quase totalidade das mulheres”.

Os quatro artigos que compõem o grupo acima apresentado se voltam, portanto, para o tratamento de processos de subjetivação e de posicionamento social, político e ideológico, tendo as questões de gênero consideradas de modo mais ou menos direto, mas presentes como parte das discussões realizadas.

O terceiro grupo de artigos que compõem esta edição da revista dedicam-se mais diretamente à discussão de temas relacionados aos processos de gestão de processos educacionais, relativos à organização de sistemas de ensino ou de cursos de graduação, em seus aspectos econômicos e sociais. Observam-se, nesses trabalhos, as respostas às reordenações dos processos educativos em direção às necessidades do mercado, e os efeitos dessas respostas à distribuição desigual do ensino básico, ou ao reposicionamento das universidades quanto ao que delas se projeta como sua função social (CHAUÍ, 2001).

Em “El devenir de la utopía economicista en el sistema escolar chileno”, Jorge A. Alarcón Leiva, Claudio E. Frites Camilla e Carla Gajardo Poblete observam as consequências da submissão do sistema de educação chileno à lógica do mercado, quando, há trinta anos, se definiram as bases de oferta e de procura da escolarização de acordo com os preceitos do neoliberalismo. Apontam os autores para o fato de

não se atingirem os objetivos colocados para tal projeto, considerado por eles uma “*utopía economicista* al establecer que el sistema educativo debe poder funcionar como un mercado, vale decir, sujeto a las solas reglas de oferta y demanda y en su interior moverse el hombre *qua homo economicus* (FOUCAULT, 2007)”. Discute-se, no trabalho, os efeitos que a mudança de um sistema público para outro mercantilizado produziu na sociedade chilena, do que decorre a necessidade, defendida no artigo, de se garantir a equidade na distribuição do ensino, de modo a garantir que a democracia se realize não apenas como um sistema de governo, mas como um modo de vida, em que os cidadãos possam se reconhecer de fato como iguais.

No artigo seguinte, “Regulação da educação superior brasileira: a Lei de Inovação Tecnológica e da Parceria Público-Privada”, de Maria Creusa de Araújo Borges, observa-se o reposicionamento, por força de lei, do sistema universitário brasileiro, ao lugar de serviço comercial. No trabalho, “parte-se do pressuposto de que esse marco regulatório recupera as ideias-chave do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (1995), sobretudo a concepção de educação superior como um serviço comercializável, cuja regulação, no âmbito internacional, encontra-se no *General Agreement on Trade in Services* (GATS, 1995), acordo engendrado na Organização Mundial do Comércio (OMC)”. A autora observa, então, a constituição da concepção de universidade produtiva, com a produtividade associada exclusivamente à inovação tecnológica.

Movimento contrário aos estabelecidos pela mercantilização da educação superior se observa no artigo “Um caso de contratendência: baixa evasão na licenciatura em química explicada pelas disposições e integrações”, de Luciana Massi e Alberto Villani. No trabalho, os autores mostram como a acolhida dos estudantes pela universidade, que lhes garante recursos de permanência estudantil, e o sentimento de integração social e acadêmica que nela se promove entre os estudantes favorecem a adesão desses ao curso, o que se reflete em baixa evasão estudantil. Contrapondo-se ao observado nos dois artigos anteriormente comentados neste editorial, mostram-se neste estudo evidências de que a convivência colaborativa, antes que a competição, é o que favorece um processo educativo mais igualitário.

Sentido semelhante, mas observando-se, então, quais os efeitos produzidos, para seus egressos, pela participação em um curso superior, apresenta-se no artigo de Lílían Ferrugini e Cleber Carvalho de Castro, “Repercussões socioeconômicas do curso piloto de administração da UAB na visão de egressos e coordenadores”. Os resultados da pesquisa evidenciaram, segundo seus autores, a proeminência que o curso de ensino à distância analisado obteve junto a outras instituições, como um marco para que se propusessem outras experiências com tal modalidade. Mas, mais do que isso, os dados obtidos mostraram que, para os sujeitos envolvidos no desenvolvimento da experiência, sejam ex-alunos, sejam coordenadores, “os benefícios sociais como maior capacidade de argumentação, aumento da autoconfiança, dentre outros, superaram os benefícios econômicos como aumento da renda e mudança de emprego”.

Publicam-se neste conjunto acima caracterizado, portanto, trabalhos que desafiam a lógica da financeirização da educação e da redução das relações sociais à unidade monetária como medida de todas as coisas (FELTRAN, 2014).

Os artigos subsequentes têm suas temáticas principais voltadas para a observação de possibilidades de transformação de contextos educativos (escolares ou não) com objetivos de obtenção de experiências de subjetivação mais significativas para seus participantes.

Nesse sentido, Rocío Chao Fernández, María Dorinda Mato Vázquez e Andrea M^a López Chao, em “¿Se trabajan de forma interdisciplinar música y matemáticas en educación infantil?”, destacam a importância de se promoverem processos interdisciplinares na escola, de modo a se obterem processos de ensino e aprendizagem mais enriquecedores para os alunos. Os autores entrevistam professores de matemática e de música, na Espanha, com o objetivo de conhecer como os docentes sujeitos da pesquisa pensam a relação entre ambas as disciplinas e se as trabalham integradamente ou não. Indicam a necessidade de se promover a interdisciplinaridade, o que demandaria a realização de processos de formação continuada dos professores.

Também tematizando o ensino de matemática, Maria Fatima Oliveira, João Garrott M. Negreiros e Ana Cristina Neves, em “Condicionantes da aprendizagem da matemática: uma revisão sistêmica da literatura”, observam quais fatores estariam relacionados às dificuldades de aprendizagem matemática. Caracterizam, para tanto, três condicionantes internos (funcionamento do cérebro, língua falada e estilo de aprendizagem), e dois condicionantes externos (fatores socioculturais e estilos de ensino). Dada a complexidade do tema, consideram a necessidade de que o professor conheça que estratégias adotar em face das especificidades de seus alunos, do que decorre o protagonismo docente no processo de ensino e de aprendizagem.

Luciana Soares Muniz e Albertina Mitjans Martínez se voltam, em seu artigo, para a aprendizagem da língua materna. Em “A expressão da criatividade na aprendizagem da leitura e da escrita: um estudo de caso”, apresentam-se resultados de investigação em que se acompanharam dois alunos, em seus percursos nos dois primeiros anos do ensino fundamental em uma escola pública. Com base em perspectiva teórica proposta por uma das autoras, Mitjans Martínez, consideram que “a criatividade é uma emergência e não algo que carregamos e que se evidencia nas distintas ações e contextos que experienciamos”. Nesse sentido, a criatividade se relacionaria intrinsecamente à ação de um sujeito em contexto. Ressaltam também, as pesquisadoras, a importância da dimensão lúdica para os processos criativos, para o que contribui a elaboração de cenários imaginários pelos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Encerra este grupo de artigos o trabalho de Janete Inês Müller e Lodenir Becker Karnopp, “Tradução cultural em educação: experiências da diferença em escritas de surdos”. Nele, as autoras observam os processos de trabalho com a identidade e a diferença em

narrativas escritas em português, por surdos, para o público juvenil e adulto. As pesquisadoras relatam a importância de se considerarem tais processos, não apenas devido à contribuição que oferecem à divulgação e legitimação da cultura surda, mas também pelo que representam, nas relações de poder, a construção de significados que expressam as posições dos sujeitos que compõem essa cultura.

Por fim, apresenta-se a entrevista realizada pela professora Cristiane Maria Cornelia Gottschalk, docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com Paul Standish, professor e diretor do Centro de Filosofia da Educação do Instituto de Educação da Universidade de Londres (University College London Institution of Education). Em “Uma conversa com Paul Standish sobre os *trail-effects* da psicologia e a ‘cultura da auditoria’ na educação”, o entrevistado responde a perguntas a respeito de como os conhecimentos da filosofia podem nos auxiliar a compreender mais amplamente o mundo atual. Na entrevista, o professor Standish trata também de temas relacionados às políticas educacionais de avaliação, quando critica a transposição de procedimentos contábeis próprios ao campo da administração, para o tratamento de questões educacionais. Com isso buscar-se-ia, com as práticas de avaliação, uma “transparência contábil”, o que responderia a uma “economia do conhecimento”, em que este tem o estatuto de mercadoria.

Os artigos e a entrevista reunidos neste número de *Educação e Pesquisa* possibilitam observar, portanto, como tem se ampliado, na atualidade, a tomada de princípios de contabilização, de mercantilização, e de financeirização, como base para se projetarem modos de interação humana a serem moldados por processos educativos que se desejam úteis, instrumentais. Promovem-se estratégias de mensuração dos atos, com o que se sustenta a hierarquização e escalonamento em uma ordem global, na qual o poder econômico não mais reconhece as fronteiras – de qualquer ordem – historicamente estabelecidas (SANTOS, 2000).

Num tempo em que a produção de conhecimentos é função do mercado, a diferença se controla não mais apenas a partir da vontade de sua supressão, mas também com sua ordenação relativa: a diferença pode existir, desde que permaneça em seu devido lugar. Nesse estado de coisas, o respeito à diversidade pode ocupar o lugar ambíguo de frente de resistência (contraposto às práticas de discriminação) e mecanismo de controle (deixe existir, desde que à distância, em lugar determinado).

Trata-se de um processo que se impõe com vistas à naturalização das relações de poder, com a projeção de uma perspectiva de transparência face ao mundo objetivo, sob a ilusão do acesso não mediado a uma realidade. A oferta da contrapalavra que possibilite a interpretação e a crítica de tais condições é o instrumento de resistência em direção a um mundo mais igualitário. Os trabalhos reunidos neste número de *Educação e Pesquisa* podem contribuir nesse sentido.

Referências

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Edunesp, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Edunesp, 2001.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH** [online]. v. 27, n.72, p. 495-512, 2014.

FOUCAULT, Michael. **El nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: FCE, 2007.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** (Do pensamento único à consciência universal). São Paulo: Record, 2000.

Emerson de Pietri

Contato: pietri@usp.br

Emerson de Pietri é professor doutor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), junto ao Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada, em que leciona a disciplina de metodologia do ensino de língua portuguesa.

Artigos / Articles



